

Icatu SEGUROS

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Apresentamos aos nossos acionistas o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Icatu Capitalização S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2014 e o respectivo Parecer dos Auditores Independentes. O resultado das operações de capitalização alcançou R\$ 96,4 milhões, o que representa um crescimento de 13% em relação ao ano anterior. A Icatu Capitalização S.A. apresentou um lucro líquido de R\$ 81,9 milhões no exercício de 2014, comparado a R\$ 6,9 milhões em relação ao ano anterior, reflexo da performance positiva das operações e pelo ganho com ativos não correntes. O patrimônio líquido da Icatu Capitalização S.A. alcançou R\$ 124,1 milhões em 31 de dezembro de 2014, líquidos da distribuição de R\$ 30,0 milhões definidos na Assembleia Geral Extraordinária de novembro/2014, representando um crescimento de 96% em relação ao ano anterior. A Icatu Capitalização S.A. mantém sólida posição financeira, inclusive com ativos livres da ordem de R\$ 87,6 milhões, o que representa um crescimento de 175% em relação ao ano anterior. A Icatu Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer especialmente aos Acionistas pela confiança, à sua equipe de funcionários e a seus parceiros e corretores pela conquista desses resultados, aos clientes pela preferência e confiança, e à SUSEP pelo apoio. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
CIRCULANTE	1.755.603	1.595.962	CIRCULANTE	1.668.488	1.551.231
Disponível	4.287	5.563	Contas a Pagar	24.648	27.709
Aplicações	Nota 5 1.710.116	1.543.355	Obrigações a Pagar	Nota 9 19.737	21.713
Créditos das Operações de Capitalização	Nota 7 9.194	12.336	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	1.580	1.768
Outros Créditos Operacionais	12.080	30.097	Encargos Trabalhistas	2.623	2.629
Títulos e Créditos a Receber	19.710	4.390	Impostos e Contribuições	708	1.540
Títulos e Créditos a Receber	-	2	Outras Contas a Pagar	-	59
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 8 2.226	3.831	Débitos de Operações com Capitalização	21.171	11.895
Outros Créditos	Nota 13 17.484	557	Depósitos de Terceiros	149	168
Despesas Antecipadas	216	221	Provisões Técnicas - Capitalização	Nota 10 1.622.520	1.511.459
Operacionais	216	219	Provisão para Resgates	1.362.434	1.264.599
Administrativas	-	2	Provisão para Sorteio	133.895	135.626
ATIVO NÃO CIRCULANTE	120.042	61.727	Provisão para Despesas Administrativas	1.849	2.181
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	118.164	58.023	Outras Provisões	124.342	109.053
Títulos e Créditos a Receber	118.164	58.023	NÃO CIRCULANTE	83.072	43.247
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 8 12.821	15.100	Contas a Pagar	80.545	41.014
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 12.3 54.701	42.923	Obrigações a Pagar	5.639	3.451
Outros Créditos Operacionais	Nota 13 50.642	-	Tributos Diferidos	Nota 13 27.009	2
Imobilizado	761	1.415	Outras Contas a Pagar	Nota 12.2 47.897	37.561
Bens Móveis	618	1.083	Outros Débitos	2.527	2.233
Outras Imobilizações	143	332	Provisões Judiciais	Nota 12.1 2.527	2.233
Intangível	1.117	2.289	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	124.085	63.211
Outros Intangíveis	1.117	2.289	Capital Social	66.151	46.151
TOTAL DO ATIVO	1.875.645	1.657.689	Aumento de Capital em Aprovação	-	20.000
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			Reservas de Lucros	68.047	16.140
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	(10.113)	(19.080)
			Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.875.645	1.657.689

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 E 2013 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2014	2013
Arrecadação com Títulos de Capitalização	Nota 1 771.799	805.229
Variação da Provisão para Resgate	(564.489)	(570.088)
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização	207.310	235.141
Variáveis das Provisões Técnicas	(22.575)	(36.566)
Resultado com Sorteio	(42.515)	(49.697)
Custo de Aquisição	Nota 18 (58.280)	(61.472)
Outras Receitas Operacionais	41.328	23.105
Outras Despesas Operacionais	(28.832)	(25.200)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	12.496	(2.095)
OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	96.436	85.311
Despesas Administrativas	Nota 18 (96.359)	(92.225)
Despesas com Tributos	Nota 18 (11.295)	(10.158)
Receitas Financeiras	233.073	217.314
Despesas Financeiras	(136.348)	(181.550)
Resultado Financeiro	96.725	35.764
RESULTADO OPERACIONAL	85.507	18.692
Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes	Nota 13 61.625	(1)
Resultado antes dos Impostos e Participações	147.132	18.691
Imposto de Renda	Nota 19 (33.853)	(3.740)
Contribuição Social	Nota 19 (23.662)	(4.073)
Participações sobre o Lucro	(7.710)	(3.968)
Lucro Líquido do Exercício	81.907	6.910
Quantidade de Ações	417.994.227	417.994.227
Lucro Líquido por Ação - RS	0,20	0,02
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	2014	2013
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	81.907	6.910
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	8.967	(63.957)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	14.945	(106.595)
Imposto sobre o ganho/perda originado(a) no exercício	(5.978)	42.638
Total do Resultado Abrangente do Exercício	90.874	(57.047)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS	2014	2013
Lucro líquido do exercício	81.907	6.910
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	1.812	2.418
Perda na alienação de imobilizado e intangível	-	6
Outros ajustes	-	1
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(166.761)	213.941
Créditos das operações de capitalização	3.142	(8.498)
Créditos tributários e previdenciários	1.605	(1.386)
Ativo fiscal diferido	2.279	(12.198)
Depósitos judiciais e fiscais	(11.778)	(4.230)
Despesas antecipadas	5	2.174
Outros ativos	(49.502)	(1.449)
Impostos e contribuições	58.317	(23.325)
Outras contas a pagar	10.480	1.115
Débitos de operações com capitalização	9.276	2.419
Depósitos de terceiros	(19)	88
Provisões técnicas - capitalização	111.061	(120.677)
Provisões judiciais	294	560
Outros passivos	8.967	(63.957)
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações	61.085	(6.088)
Impostos sobre o lucro pagos	(32.329)	(6.393)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades Operacionais	28.756	(12.481)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado e Intangível	(32)	(26)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento	(32)	(26)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	-	20.000
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(30.000)	(9.856)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades de Financiamento	(30.000)	10.144
(Redução) Líquida de caixa no exercício	(1.276)	(2.363)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.563	7.926
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.287	5.563
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais). 1. **CONTEXTO OPERACIONAL:** A Icatu Capitalização S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Praça 22 de Abril, 36, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, autorizada a operar em todas as Unidades da Federação e que tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. e é controlada em última instância pela Icatu Holding S.A.. A arrecadação com títulos de capitalização está distribuída nas regiões geográficas, conforme quadro abaixo:

	31/12/2014		31/12/2013	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Centro Oeste	86.227	11%	77.078	10%
Nordeste	47.570	6%	66.145	8%
Norte	47.515	6%	47.673	6%
Sudeste	375.460	49%	361.882	45%
Sul	215.027	28%	252.451	31%
Total	771.799	100%	805.229	100%

2. **ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** 2.1 **Base de Preparação.** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 483/14, normas do CNSP e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas "em seu conjunto", "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP" e "ativos financeiros disponíveis para venda". A Companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade, sendo que aqueles passivos para os quais não é possível identificar tais prazos são classificados no "Circulante", caracterizando passivos de exigibilidade imediata. 2.3 **Moeda Funcional e de Apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 2.4 **Uso de Estimativas.** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, à realização dos créditos tributários, à probabilidade de êxito nas ações judiciais, aos efeitos decorrentes da provisão para perdas sobre créditos e outros ativos, às provisões técnicas e às provisões judiciais. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes podem diferir dessas estimativas. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam é efetuado no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: ✓ Redução ao Valor Recuperável (3.1.c); ✓ Provisões Técnicas (vide nota nº 3.4); ✓ Aplicações Financeiras (vide nota 5); ✓ Créditos Tributários e Previdenciários (vide nota nº 8); ✓ Provisões Judiciais (vide nota nº 3.5 e nº 12.1). 3. **RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As práticas mais relevantes adotadas são: 3.1 **Instrumentos Financeiros. a) Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponível.** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e quando aplicável investimentos financeiros com

vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. b) **Instrumentos Financeiros não Derivativos. Ativos Financeiros.** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. (I) Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado; (II) Disponíveis para venda - Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadraram nas classificações de "títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado", "títulos mantidos até o vencimento" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados aos seus respectivos valores justos e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com a intenção de negociação. Os ganhos auferidos pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado enquanto os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizados, são apropriados ao resultado, em contrapartida da referida conta no patrimônio líquido; (III) Mantidos até o vencimento - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter esses títulos até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável; e (IV) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações de Capitalização. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. c) **Redução ao Valor Recuperável.** c.1) **Ativos Financeiros - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se a evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. c.2) Ativos não Financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo. d) **Instrumentos financeiros derivativos.** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos reconhecidos ao valor justo de contratos futuros e de swaps mantidos nos fundos de investimentos exclusivos, que têm como objetivo principal proteger os ativos da Companhia dos riscos de mercado (vide Nota 6). 3.2 **Imobilizado.** O imobilizado está contabilizado ao custo e a depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 20% a.a. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas de valor recuperável acumulada, quando aplicável. Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em "Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes", na demonstração do resultado. 3.3 **Intangível.** O intangível está contabilizado ao custo e é constituído, basicamente, de gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a. O intangível deve ser avaliado a cada data de divulgação sobre o valor do ativo e a vida útil estimada. 3.4 **Provisões Técnicas. 3.4.1 Provisão Matemática para Capitalização.** A provisão matemática para capitalização representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das quotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado. 3.4.2 **Provisão para Resgates.** A provisão para resgates de títulos vencidos e antecipados representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do balanço. Conforme determinado pela Circular SUSEP 462, de 31/01/2013, foi incluída nesta respectiva provisão a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos, anteriormente alocada na provisão para**

contingências. 3.4.3 **Provisão para Sorteios a Realizar.** A provisão para sorteios a realizar é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, mas que na data base da constituição, ainda não tenham sido realizados. Posteriormente, a Circular SUSEP nº 469, de 19/06/2013 alterou a definição da PSR. 3.4.4 **Provisão de Sorteios a Pagar.** A provisão de sorteios a pagar corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos atualizada monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação. 3.4.5 **Provisão para Despesas Administrativas.** A provisão para despesas administrativas é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. 3.4.6 **Provisão para Distribuição de Bônus.** A provisão é constituída para a distribuição de bônus ainda não devidos, quando previsto no plano, e sua metodologia de cálculo é idêntica à da provisão matemática para capitalização. A parcela correspondente aos bônus já devidos passou a compor a provisão para resgates. 3.4.7 **Prescrição de Títulos.** A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos vencidos e antecipados e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. 3.5 **Provisões Judiciais.** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objeto de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 e levam em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia em relação às probabilidades de desfecho desfavorável no julgamento final dos processos judiciais. As provisões constituídas para fazer face às perdas decorrentes de ações judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal, objeto de contestação judicial, são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre a provável saída de recursos para liquidação das obrigações. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das causas de natureza cível, trabalhista e fiscal cuja probabilidade de perda é considerada provável. As mesmas encontram-se contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no Passivo não Circulante. As obrigações fiscais e previdenciárias estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não Circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC. Os valores estimados de perdas prováveis das contingências cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, o Tribunal e a Região nos quais a causa está sendo avaliada. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no Ativo não Circulante, e são corrigidos monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis. A composição das provisões judiciais e fiscais, bem como dos depósitos judiciais e fiscais, encontram-se na Nota Explicativa 12. 3.6 **Resultado.** A receita com títulos de capitalização de pagamento único é registrada integralmente quando da emissão dos respectivos títulos. A receita com títulos de capitalização de pagamento mensal é registrada conforme abaixo: • Primeira mensalidade quando da respectiva emissão; • Demais mensalidades quando do efetivo recebimento. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma de contabilização da receita.

Icatu SEGUROS

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900

Os custos de aquisição com títulos de capitalização são contabilizados quando incorridos. **3.7 Benefícios a Empregados.** Plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso o Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado, as contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado (nota 17). Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. **3.8 Impostos e Contribuições. 3.8.1 Impostos Correntes.** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15%. **3.8.2 Impostos Diferidos.** Os impostos diferidos são constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento do balanço patrimonial, sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, ajustados pelo valor da provisão para não realização, quando aplicável. **4. GESTÃO DE RISCO:** O processo de avaliação de riscos se baseia em identificar e considerar as implicações e relevância dos riscos envolvidos no âmbito da Companhia, ou seja, nos seus negócios e nos processos que lhes dão suporte. A Companhia considera, a dimensão e complexidade de suas operações bem como, fatores externos e internos que possam afetar o cumprimento adequado dos seus objetivos. **4.1 Responsabilidades pela Gestão de Riscos:** A Gestão de Riscos tem o suporte dos Diretores Executivos e do Conselho de Administração, com o apoio e avaliação de diversas áreas, dentre as quais as de Compliance e Controles Internos, assegurando o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações publicadas. Os responsáveis pelo gerenciamento de riscos têm a atribuição de, periodicamente, rever as estratégias dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para tais riscos. **4.2 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos.** A formulação e revisão das políticas de controles internos tem por objetivo a melhoria contínua

dos processos e controles na redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. **4.3 Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos. Principais riscos associados a instrumentos financeiros.** A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de mercado e Risco de Liquidez. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da companhia. **Risco de Crédito** - O risco de crédito pode ocorrer na possibilidade da companhia não receber os valores decorrentes dos créditos a emissores privados, principalmente aqueles relativos às aplicações financeiras. Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos das empresas e fundos. Um dos itens que integram essas análises é o rating atribuído por agências externas para classificação do risco das empresas e fundos de investimento. A classificação do risco de crédito por agências externas de rating é um sistema de mensuração baseado em pontuação e enquadramento dos riscos em classes previamente definidas. As essas classes são atribuídas notas que refletem diferentes graus de risco, de acordo com uma escala predeterminada, que é parte integrante do modelo de avaliação. O volume das aplicações em créditos privados, classificados no nível 2 conforme definido na nota 5.3, com exceção das cotas de fundos não exclusivos, estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências externas de rating Standard and Poor's, Fitch e Moody's, sempre considerando a classificação de rating mais conservadora:

Riscos e Controles, que tem como objetivo fornecer uma visão dos riscos aos quais as atividades e negócios da Companhia estão sujeitos e os controles adotados para controlar tais riscos, e através dos registros de eventos e exceções autorizadas, como se segue: **Matrizes de Riscos:** permitem à Companhia identificar, avaliar, tratar, controlar, consolidar e monitorar os riscos aos quais as atividades e negócios estão sujeitos. Tais matrizes são periodicamente revisadas, visando sua constante atualização. Nessas matrizes os riscos são identificados e listados por área, juntamente aos controles envolvendo cada evento. Cada risco e controle trazem informações qualitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com os níveis de exposição (alto, médio ou baixo), informando ainda o tipo de risco. **Registros de eventos:** Considerados riscos efetivamente materializados e que podem resultar em perdas ou não. Riscos de menor nível de exposição podem ser autorizados através de Relatórios de Compliance ou em Estudo de Risco relativo a negócios específicos, desde que atendam às necessidades de flexibilização de padrões ou regras de negócios, porém devem acontecer dentro de parâmetros previamente definidos, com políticas internas e devidamente autorizada por quem tenha poderes ou alçada. O registro dos eventos serve para acompanhar a conformidade dos processos e exposição aos riscos a que as atividades cotidianas estão sujeitas, ou mesmo nos quais venham a incorrer, para estabelecer e praticar controles internos e planos de ação que reduzam os respectivos riscos e corrijam as deficiências. Estes procedimentos visam também à documentação e armazenamento de tais informações para formação de banco de dados sobre perdas operacionais. Tais informações permitirão à Companhia adotar abordagens e métodos mais eficazes na gestão do referido risco. No entanto, eventuais perdas constatadas ao longo do processo podem ser observadas e após devidamente registradas, são comunicadas à Área de Compliance e Controles Internos da Companhia. **Risco de Subscrição** - Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo, por isso, utilizamos algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em: Risco de sorteio, que implica na possibilidade da empresa pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas. Risco de persistência, que implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título. Risco de cancelamento, que implica na devolução integral das parcelas pagas pelos clientes no caso de problemas gerados no momento da venda. Risco de garantir a rentabilidade pré-definida para as reservas matemáticas aprovadas nas condições gerais dos títulos de capitalização. A empresa monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas. **5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS:** As exposições máximas ao risco de crédito, bem como os riscos de mercado e de liquidez a que os ativos financeiros da Companhia estão expostos conforme descritos na nota 4.3. As composições dos ativos financeiros detidos pela Companhia estão demonstradas a seguir: **5.1 Composição das Aplicações Financeiras.**

Rating	31/12/2014				31/12/2013						
	Debêntures	CDB	LF	FIDC	Total	Debêntures	CDB	DPGE	LF	FIDC	Total
AAA	-	122.811	3.064	1.508	127.383	4.225	108.776	-	7.949	2.071	123.021
AA+	7.252	116.944	-	-	124.196	6.885	129.887	-	3.341	-	140.113
AA	4.419	-	-	-	4.419	732	-	-	-	-	732
AA-	-	48.028	1.075	-	49.103	331	42.630	-	-	-	42.961
A+	-	-	-	-	-	-	6.009	-	657	-	6.666
A-	739	-	-	-	739	735	10.051	-	-	-	10.786
BBB+	-	-	1.590	-	1.590	-	-	-	-	-	-
BBB	-	1.329	4.922	-	6.251	-	-	-	-	-	-
BBB-	284	-	-	-	284	-	-	-	-	-	-
BB+	-	-	-	-	-	-	-	11.010	-	-	11.010
Total	12.694	289.112	10.651	1.508	313.965	12.908	297.353	11.010	11.947	2.071	335.289

Risco de Mercado - O risco de valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altera em virtude da volatilidade de variáveis exógenas existentes no mercado, causadas por fatores adversos. Fundamentalmente: taxas de juros, índices de preços (inflação), renda variável e derivativos; onde para cada um destes associa-se um risco específico. A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado baseia-se no cálculo do VaR (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de stress para verificar a perda esperada em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal, com informações sobre o VaR e nível de stress da carteira, ambas analisadas sobre as posições globais de investimentos. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar, com base em dados históricos, qual a perda máxima esperada em um prazo específico dentro de um intervalo estatístico de confiança. Os riscos associados a essas estratégias são mensurados através do sistema de controle de risco *Accenture Risk Control*, além do controle de risco desempenhado pelos administradores fiduciários dos fundos. Análise de Sensibilidade das Aplicações Financeiras. A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração: (i) O *Value at Risk* (VaR) paramétrico que é a perda máxima esperada da carteira, a um nível de confiança, dentro de um horizonte de tempo determinado. Para este caso utilizamos a janela de um dia com nível de confiança de 95%. A volatilidade foi calculada utilizando o modelo de Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas (EWMA, em inglês) com uma janela de 300 dias e *lambda* de 0,94. (ii) DV01 (*dollar-value for one basis-point*) é uma métrica de risco amplamente utilizada pelo mercado de renda fixa como medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação nas taxas de juros a qual sua remuneração está associada. Consiste em variar a taxa de juros em uma *basis-point*, ou 0,01%, e verificar o quanto o valor justo do título se altera. No quadro abaixo apresentamos: - A perda esperada em um dia com 95% de confiança através da metodologia VaR paramétrico; - A perda com a oscilação de uma *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de Risco	31/12/2014			31/12/2013		
	DIV-01	VAR	Exposição	DIV-01	VAR	Exposição
Préfixado - DI	126	814	1.003.631	71	632	916.397
Taxa Referencial	-	-	99.263	5	1	101.968
IGPM	-	-	-	-	-	629
IPCA	1.030	7.087	607.222	458	4.248	524.361
TOTAL	7.901	1.710.116	4.882	1.543.355		

Risco de Liquidez - está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações atuais e futuras, previstas ou não, assim como novas exigências de garantias, sem afetar suas operações ou sua posição financeira. A gestão do risco de liquidez, no âmbito dos ativos financeiros, tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos da Companhia. O risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando o *Modelo de Miller-Orr*. A liquidez de longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) definido na Política de Investimentos e aprovado em Comitê de Investimentos interno. As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos Financeiros	31/12/2014			31/12/2013		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Caixa e Bancos	4.287	4.287	5.563	-	-	5.563
Aplicações	807.687	902.429	1.710.116	888.534	1.543.355	2.431.889
Créditos das Operações	9.194	-	9.194	12.336	-	12.336
Tit. e Créd. a Receber	17.484	105.343	122.827	559	42.923	43.482
Total do Ativo Financeiro	838.652	1.007.772	1.846.424	673.279	931.457	1.604.736
Passivos Financeiros	31/12/2014			31/12/2013		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Contas a pagar	24.648	53.536	78.184	27.709	41.012	68.721
Provisões Técnicas	675.866	946.654	1.622.520	625.955	885.504	1.511.459
Débitos das operações	21.171	-	21.171	11.895	-	11.895
Depósitos de terceiros	149	-	149	168	-	168
Total do Passivo Financeiro	721.834	1.000.190	1.722.024	665.727	926.516	1.592.243

Outros riscos corporativos. Risco Operacional - É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Inclui o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. **Risco Legal e de Compliance** - É o risco de perda resultante do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. Pode ser: risco de operações em desacordo com as políticas e procedimentos internos, risco de lavagem de dinheiro, riscos de contratos, riscos de fraudes ou risco com órgãos reguladores. O Departamento Jurídico e a área de Compliance da Companhia contribuem ativamente através da emissão de pareceres de como evitar riscos legais e de Compliance em nossas operações. O processo de gerenciamento dos riscos operacional, legal e de compliance está desenhado de forma a que os riscos sejam identificados, mensurados, reduzidos, acompanhados e reportados, sendo constituído pelas seguintes etapas: Identificação - Consiste em identificar os riscos inerentes às atividades da Companhia, contemplando a avaliação dos produtos, serviços, processos e objetivos. Mensuração - Consiste em obter informações que permitam a mensuração de acordo com os níveis de exposição (alto, médio e baixo) baseado na ponderação entre o impacto x frequência por evento. Redução - Representa as medidas tomadas pela Companhia para redução de riscos através de ações que minimizem o impacto no caso de ocorrências adversas. contempla também a verificação da efetividade dos controles internos. Acompanhamento - A Companhia acompanha a efetividade dos controles internos através de testes que garantam a eficácia destes na redução dos riscos a que a Companhia está exposta.

Comunicação - Contempla todas as atividades voltadas à divulgação de informações sobre riscos e controles comunicados tempestivamente e permeados por toda a Companhia. A gestão dos riscos é formalizada e consolidada através da Matriz de

Descrição	31/12/2014		31/12/2013	
	Contábil/Valor de Mercado	%	Contábil/Valor de Mercado	%
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos (I)	332.121	19,42%	303.284	19,65%
Notas do Tesouro Nacional - IPCA	599	IPCA + 5,78%	702	IPCA + 5,35%
Letras do Tesouro Nacional	20.348	10,75%	18.371	9,20%
Letras Financeiras do Tesouro	174.055	SELIC	34.216	SELIC
Operações Compromissadas	118.231	SELIC	221.437	SELIC
Outros	4.687	-	8.036	-
Debêntures de Distribuição Pública - CDI	2.221	CDI+1,08%	2.329	101% do CDI
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB	1.329	109% do CDI	6.246	105% do CDI
Letras Financeiras	10.651	107,27% do CDI	11.947	107,3% do CDI
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos (II)	287.393	16,81%	218.781	14,18%
Letras Financeiras do Tesouro (III)	45.441	2,66%	-	-
Depósito a Prazo com Garantia Especial (IV)	-	-	11.010	0,71%
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB (V)	287.783	16,83%	291.107	18,86%
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - CDI	130.243	98,6% CDI	147.668	98,4% CDI
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - SELIC	58.277	SELIC	41.471	SELIC
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - TR	99.263	TR + 6,17%	101.968	TR + 6,17%
Debêntures de Distribuição Pública (VI)	10.473	0,61%	10.579	0,69%
Debêntures de Distribuição Pública - IPCA	10.473	IPCA + 7,32%	10.329	IPCA + 7,59%
Debêntures de Distribuição Pública - CDI	-	-	250	CDI + 0,71%
Categoria I - Valor justo por meio de resultado (VII) = (I)+(II)+(III)+(IV)+(V)+(VI)	963.211	56,32%	834.761	54,09%
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos (VIII)	746.905	43,68%	662.549	42,93%
Notas do Tesouro Nacional - IPCA	596.749	IPCA + 5,65%	513.330	IPCA + 5,49%
Notas do Tesouro Nacional - PRÉ	150.156	12,90%	149.219	12,90%
Letras Financeiras do Tesouro (IX)	-	-	45.416	2,94%
Notas do Tesouro Nacional (X)	-	-	629	0,04%
Categoria II - Disponíveis para Venda (XI) = (VIII)+(IX)+(X)	746.905	43,68%	708.594	45,91%
Total no Circulante (XII) = (XI)+(VII)	1.710.116	100,00%	1.543.355	100,00%

Em 31 de dezembro de 2014, o valor avaliado pela "curva" dos títulos disponíveis para venda monta a R\$ 763.760 (R\$ 740.394 em 31 de dezembro de 2013). Dessa forma, os ganhos e perdas não realizados, registrados como ajustes de Avaliação Patrimonial, montam a R\$ 16.855 de perda (R\$ 31.800 de perda em 31 de dezembro de 2013). As cotas de fundos de investimento estão valorizadas pelos valores das cotas publicamente divulgadas pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos. A Companhia, na definição dos investimentos realizados com vistas à adequada cobertura de seus passivos atuariais, revê periodicamente as condições de mercado para aquisição, venda ou manutenção dos ativos integrantes de sua carteira de ativos em consonância com as estratégias de ALM - *Assets and Liabilities Management*. Neste contexto, frente ao cenário econômico e financeiro atual de aumento das incertezas e volatilidade, que apresenta riscos e oportunidades em horizontes curtos de tempo, entendemos por oportuno manter os ativos classificados como de curto prazo a fim de manter a prerrogativa de negociá-los dentro do intervalo de 1 ano, intenção justificada por movimentos recentes e de períodos anteriores. As carteiras dos fundos de investimento exclusivos são compostas como se segue, em função dos vencimentos a partir da data base:

	31/12/2014				31/12/2013					
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem Vencimento	Total	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem Vencimento	Total
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB	-	1.329	-	-	1.329	4.924	1.322	-	-	6.246
Debêntures de Distribuição Pública	-	2.221	-	-	2.221	448	1.186	695	-	2.329
Letras do Tesouro Nacional	17.250	3.098	-	-	20.348	12.499	5.872	-	-	18.371
Letras Financeiras do Tesouro	80.063	9.008	84.984	-	174.055	10.464	15.660	8.092	-	34.216
Letras Financeiras	3.355	7.294	-	-	10.651	1.747	8.574	1.626	-	11.947
Notas do Tesouro Nacional	-	-	599	-	599	-	702	-	-	702
Operações Compromissadas	118.231	-	-	-	118.231	221.437	-	-	-	221.437
Fundos de Investimento de curto prazo	-	-	-	937	937	1.100	-	-	-	1.100
Fundo de Invest. de Renda Fixa	-	-	-	3.068	3.068	2.104	-	-	-	2.104
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios	-	-	-	1.508	1.508	2.071	-	-	-	2.071
Outras Aplicações	-	-	-	(826)	(826)	-	-	-	-	2.761
Valor justo por meio de resultado	218.899	22.950	85.583	4.689	332.121	256.794	33.316	10.413	2.761	303.284
Notas do Tesouro Nacional	82.642	271.100	393.163	-	746.905	62.822	250.015	349.712	-	662.549
Títulos Disponíveis para Venda	82.642	271.100	393.163	-	746.905	62.822	250.015	349.712	-	662.549
Total Exclusivos	301.541	294.050	478.746	4.689	1.079.026	319.616	283.331	360.125	2.761	965.833

Os vencimentos das aplicações financeiras dos títulos e valores mobiliários, com exceção das cotas de fundos exclusivos e não exclusivos, estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor Contábil/Valor de Mercado			
Até 1 ano	333.401	302.450	-	-
De 1 a 5 anos	3.636	49.019	-	-
Acima de 5 anos	6.660	7.272	-	-
Total	343.697	358.741	-	-

5.2 Movimentação das Aplicações:	Valor Justo por meio de Resultado		Disponíveis para venda		Total
	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	
Aplicação	1.081.436	675.860	1.757.296	-	-
Aplicação em Títulos	2.091.177	1.596	2.092.773	-	-
Resgate	284.155	421.675	705.830	-	-
Res					

Icatu SEGUROS

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900

Operações Compromissadas	118.231	221.437
Outras Aplicações	(826)	2.761
Total (I) Valor justo por meio de resultado	963.211	834.761
Letras Financeiras do Tesouro	-	45.416
Notas do Tesouro Nacional	746.905	663.178
Total (II) Disponíveis para Venda	746.905	708.594
Total (I+II)	1.710.116	1.543.355

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS: Em 31/12/2014 e de 31/12/2013, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) e swap contratado em mercado de balcão.

31/12/2014		31/12/2013					
Futuro	Posição	Venci-mento	Indexador de referência	Quantidade	PU em Reais	Exposição (nacional) Total em R\$ mil	Objetivo
D11	Vendido	jul/15	D11	(119)	94.324	(11.225)	Hedge Taxa pré fixada
D11	Vendido	abr/15	D11	(27)	97.157	(2.623)	Hedge Taxa pré fixada
D11	Comprado	jan/18	D11	7	69.900	489	Hedge Taxa pré fixada
D11	Vendido	jan/16	D11	(18)	88.527	(1.593)	Hedge Taxa pré fixada
D11	Vendido	jan/15	D11	(34)	99.913	(3.397)	Hedge Taxa pré fixada
D11	Comprado	jan/21	D11	5	49.994	249	Hedge Taxa pré fixada
D11	Comprado	jan/17	D11	10	78.491	784	Hedge Taxa pré fixada

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS: Os créditos tributários e previdenciários são compostos da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de Renda Diferido	-	-	8.013	9.438
Diferenças Temporárias	-	-	8.013	9.438
Contribuição Social Diferida	-	-	4.808	5.662
Diferenças Temporárias	-	-	4.808	5.662
Impostos a Recuperar	2.226	3.831	-	-
Imposto de Renda	497	-	-	-
Contribuição Social	47	1.356	-	-
COFINS	368	368	-	-
PIS	60	60	-	-
Outros	1.254	2.047	-	-
Total	2.226	3.831	12.821	15.100

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, nos montantes de R\$ 8.013 e R\$ 4.808 (R\$ 9.438 e R\$ 5.662 em 31/12/2013), sendo originados exclusivamente de adições temporárias, compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais e perda não realizada nos títulos disponíveis para venda (TVM).

	31/12/2014		31/12/2013	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de Renda/Contribuição Social	-	-	16.855	31.814
Ajuste TVM - Títulos disponíveis para Venda	-	-	1.300	-
Provisão de títulos a pagar - Prescrição	-	-	553	357
Contingências Trabalhistas	-	-	1.674	1.576
Contingências Cíveis	-	-	-	-

	31/12/2014		31/12/2013	
	Saldos em 31/12/2014	Consti-tuições	Amortiz. Prescrições	Atualização Monetária
Provisão Matemática para Resgates [a]	1.122.282	527.577	(1.709.100)	59.241
Provisão Matemática para Capitalização [a]	-	1.029.018	(64.448)	4.657
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	148.329	442.585	(431.184)	297
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos [b]	113.790	349.630	(328.303)	228
Provisão para Resgates	1.384.401	2.348.810	(2.533.035)	64.423
Provisão para Sorteios a Realizar	93.814	81.740	(83.870)	614
Provisão de Sorteios a Pagar	41.312	51.607	(50.883)	1.292
Provisão para Sorteios	135.126	133.347	(134.753)	1.906
Provisão para Contingências (b)	110.443	96.617	(210.316)	3.256
Provisão para Distribuição de Bônus (b)	-	113.700	(5.251)	604
Provisão para Despesas Administrativas	2.166	490	(475)	2.181
Outras Provisões	112.609	210.807	(216.042)	3.860
Total	1.632.136	2.692.964	(2.883.830)	70.189

Conforme Circular SUSEP nº 462 de 31 de janeiro de 2013: [a] Nomenclatura alterada para Provisão Matemática para Capitalização; [b] Nomenclatura alterada para Provisão para Distribuição de Bônus. A parcela correspondente aos bônus já devidos passaram a compor a Provisão para Resgate de Títulos Vencidos.

	31/12/2014		31/12/2013	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
11. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS				
Provisões Técnicas - Capitalização				
Total a ser Coberto	1.622.520	1.511.459		
Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	1.622.520	1.511.459		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	1.079.026	965.833		
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	215.995	197.895		
Letras Financeiras do Tesouro	29.243	45.416		
Certificados de Depósito Bancário a prazo - CDB	287.783	291.107		
Notas do Tesouro Nacional	-	629		
Debêntures	10.473	10.579		
Excesso de Ativos Vincul. à Cobertura de Reserva	87.596	31.896		
Total de Aplicações	1.710.116	1.543.355		

12. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS: 12.1 PROVISÕES JUDICIAIS: A Companhia é parte em processos judiciais que se encontram em diversas instâncias, referentes a causas cíveis originadas, principalmente, por questionamentos quanto aos valores disponíveis para resgates de títulos de capitalização, a causas trabalhistas e a causas tributárias para questionamento de tributos. As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2014		31/12/2013	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Causas Cíveis				
Probabilidade de Perda				
Provável	76	1.674	74	1.577
Possível	249	5.881	223	3.918
Remota	27	3.440	19	3.379
Total	352	10.995	316	8.874

	31/12/2014		31/12/2013	
	Saldo em 31/12/12	Adições	Atualiz. Monetária	Saldo em 31/12/14
Contribuição social	22.479	758	1.896	25.133
COFINS	8.576	720	572	9.868
PIS	2.286	117	157	2.560
Total	33.341	1.595	2.625	37.561

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais oriundos de obrigações legais: MS nº200851010280294 - questão o aumento da alíquota da CSLL, de 9% para 15%, Lei nº 11.727/2008. Perda Possível. Valor atualizado de R\$ 36.088 (R\$ 28.130 em 12/2013). Decisão de 2ª instância desfavorável. Recurso extraordinário no STF. A obrigação fiscal corresponde à diferença de alíquota (6%) no total de R\$ 32.649 (R\$ 25.133 em 2013) registradas em "Outras contas a pagar", na rubrica "CSLL Majorada" no passivo não circulante. MS nº20055101015038 - pleiteia a utilização do crédito do PIS e da COFINS, para quitar, por compensação, qualquer tributo administrado pela RFB e questiona o alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, ambos nos termos da Lei nº9.718/98. Perda Possível. O Recurso Especial interposto na ação principal foi inadmitido e está pendente o julgamento do agravo. O Recurso Extraordinário foi sobrestado até que haja o julgamento do paradigma. No STF e STJ. Em 2011 impetramos o mandado de segurança 201151010033083 para obtenção da CND. Decisão favorável transitada em julgado. Estamos aguardando decisão judicial para transferência dos DJs para o MS principal. DJ: Valor atualizado em R\$ 16.750, sendo R\$ 14.424 COFINS e R\$ 2.326 PIS (R\$12.969 sendo R\$11.170 COFINS e R\$1.799 PIS em 12/2013). Mantemos a obrigação fiscal de R\$ 1.985 (R\$ 1.604 em 2013) e R\$ 12.221 (R\$ 9.868 em 2013) referentes ao PIS e a COFINS, respectivamente, registrada em "Outras contas a pagar", na rubrica "PIS e COFINS Exigibilidade Suspensa" no passivo não circulante, devido sobre as receitas financeiras. Ações declaratórias nºs 9500389720, 9500452871, 9500525593 e 9600103615 - questionam a exigência do PIS, incidentes sobre as receitas operacionais brutas de vários períodos nos ter-

	31/12/2014		31/12/2013	
	Saldo em 31/12/12	Adições	Atualiz. Monetária	Saldo em 31/12/14
Contribuição Social	25.233	976	1.921	28.130
COFINS	10.094	268	808	11.170
PIS	3.069	44	195	3.308
Outros	252	6	15	273
Total	38.648	1.294	2.939	42.881

	31/12/2014		31/12/2013	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Contingências Fiscais	-	-	300	300
Inss s/aviso prévio - Exig.Suspensa	-	-	68	-
Outras Provisões	-	-	1.817	2.500
Fundo de Marketing	-	-	434	334
Outras Receitas (Atualização Depósito Judicial)	-	-	(12.784)	(8.552)
Participação nos Lucros - Funcionários	-	-	6.585	2.649
Operação Swap	-	-	-	(5.657)
COFINS Exigibilidade Suspensa	-	-	12.221	9.869
PIS Exigibilidade Suspensa	-	-	3.028	2.560
Total das Provisões temporárias	-	-	32.051	37.750
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	-	-	8.013	9.438
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	-	-	4.808	5.662

9. OBRIGAÇÕES A PAGAR: O passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de 12 meses seguintes à data do balanço. As Obrigações a Pagar são compostas da seguinte forma:

	31/12/2014		31/12/2013	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Obrigações a Pagar	(19.737)	(21.713)		
Fornecedores a pagar	(1.053)	(1.889)		
Participações nos lucros a pagar	(8.381)	(5.846)		
Resgate e sorteios	(1.182)	(7.856)		
Outras obrigações	(9.121)	(6.122)		

10. PROVISÕES TÉCNICAS: As Provisões Técnicas estão classificadas no passivo circulante quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de 12 meses seguintes à data do balanço e são compostas da seguinte forma:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Saldos em 31/12/2014	Consti-tuições	Amortiz. Prescrições	Atualização Monetária
Provisão Matemática para Resgates [a]	1.122.282	527.577	(1.709.100)	59.241
Provisão Matemática para Capitalização [a]	-	1.029.018	(64.448)	4.657
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	148.329	442.585	(431.184)	297
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos [b]	113.790	349.630	(328.303)	228
Provisão para Resgates	1.384.401	2.348.810	(2.533.035)	64.423
Provisão para Sorteios a Realizar	93.814	81.740	(83.870)	614
Provisão de Sorteios a Pagar	41.312	51.607	(50.883)	1.292
Provisão para Sorteios	135.126	133.347	(134.753)	1.906
Provisão para Contingências (b)	110.443	96.617	(210.316)	3.256
Provisão para Distribuição de Bônus (b)	-	113.700	(5.251)	604
Provisão para Despesas Administrativas	2.166	490	(475)	2.181
Outras Provisões	112.609	210.807	(216.042)	3.860
Total	1.632.136	2.692.964	(2.883.830)	70.189

Conforme Circular SUSEP nº 462 de 31 de janeiro de 2013: [a] Nomenclatura alterada para Provisão Matemática para Capitalização; [b] Nomenclatura alterada para Provisão para Distribuição de Bônus. A parcela correspondente aos bônus já devidos passaram a compor a Provisão para Resgate de Títulos Vencidos.

	31/12/2014		31/12/2013	
	Saldos em 31/12/2014	Consti-tuições	Amortiz. Prescrições	Atualização Monetária
Provisão Matemática para Resgates [a]	1.122.282	527.577	(1.709.100)	59.241
Provisão Matemática para Capitalização [a]	-	1.029.018	(64.448)	4.657
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	148.329	442.585	(431.184)	297
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos [b]	113.790	349.630	(328.303)	228
Provisão para Resgates	1.384.401	2.348.810	(2.533.035)	64.423
Provisão para Sorteios a Realizar	93.814	81.740	(83.870)	614
Provisão de Sorteios a Pagar	41.312	51.607	(50.883)	1.292
Provisão para Sorteios	135.126	133.347	(134.753)	1.906
Provisão para Contingências (b)	110.443	96.617	(210.316)	3.256
Provisão para Distribuição de Bônus (b)	-	113.700	(5.251)	604
Provisão para Despesas Administrativas	2.166	490	(475)	2.181
Outras Provisões	112.609	210.807	(216.042)	3.860
Total	1.632.136	2.692.964	(2.883.830)	70.189

Conforme Circular SUSEP nº 462 de 31 de janeiro de 2013: [a] Nomenclatura alterada para Provisão Matemática para Capitalização; [b] Nomenclatura alterada para Provisão para Distribuição de Bônus. A parcela correspondente aos bônus já devidos passaram a compor a Provisão para Resgate de Títulos Vencidos.

	31/12/2014		31/12/2013	
	Saldos em 31/12/2014	Consti-tuições	Amortiz. Prescrições	Atualização Monetária
Provisão Matemática para Resgates [a]	1.122.282	527.577	(1.709.100)	59.241
Provisão Matemática para Capitalização [a]	-	1.029.018	(64.448)	4.657
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	148.329	442.585	(431.184)	297
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos [b]	113.790	349.630	(328.303)	228
Provisão para Resgates	1.384.401	2.348.810	(2.533.035)	64.423
Provisão para Sorteios a Realizar	93.814	81.740	(83.870)	614
Provisão de Sorteios a Pagar	41.312	51.607	(50.883)	1.292
Provisão para Sorteios	135.126	133.347	(134.753)	1.906
Provisão para Contingências (b)				

Icatu SEGUROS

ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900

Publicações	(82)	(101)
Publicidade e Propaganda	(3.139)	(2.838)
Donativos e Contribuições	(667)	(1.118)
Outras Despesas Administrativas	(220)	(862)
Despesas com Tributos	(11.295)	(10.158)
Impostos	(288)	(114)
COFINS	(8.497)	(7.612)
PIS	(1.466)	(1.302)
Taxa de Fiscalização	(956)	(956)
Outras Despesas com Tributos	(88)	(174)
Resultado Financeiro	96.725	35.764
Receitas Financeiras	233.073	217.314
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	147.394	169.671
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	41.923	17.536
Títulos de Renda Fixa - Públicos	28.957	22.746
Títulos de Renda Fixa - Privados	4.701	4.423
Outras Receitas Financeiras	10.098	2.938
Despesas Financeiras	(136.348)	(181.550)
Atualização Monetária das Provisões Técnicas	(76.461)	(70.189)
Tít. Renda Variável (quotas de fundos de investimento)	(58.349)	(109.068)
Títulos de Renda Fixa	(1.225)	(1.692)
Outras Despesas Financeiras	(313)	(601)

19. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.
O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas de Imposto de Renda e de Contribuição Social, como se segue:

	31/12/2014		31/12/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Res. antes dos Imp. e Participações	147.132	147.132	18.691	18.691
Participação nos Lucros	(7.710)	(7.710)	(3.968)	(3.968)

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e aos Administradores da Icatu Capitalização S.A. Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Icatu Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2014, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração.** A Administração é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo e da solvência elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada

	31/12/2014		31/12/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos	139.422	139.422	14.723	14.723
ADIÇÕES	23.466	23.466	13.495	13.495
Adição Permanente	1.808	1.808	2.038	2.038
Doações e Patrocínios Indedutíveis	-	-	44	44
Contingências Trib., Cíveis e Fiscais	2.596	2.596	2.233	2.233
Outras Provisões	2.876	2.876	2.834	2.834
Participações nos Lucros	7.710	7.710	3.968	3.968
Trib. e Contrib. com Exigibil.Suspensa	2.819	2.819	1.567	1.567
Operações Swap	5.657	5.657	811	811
EXCLUSÕES	(80.601)	(80.601)	(20.206)	(20.206)
Exclusão Permanente	-	-	(6.280)	(6.280)
Contingências Trib., Cíveis e Fiscais	(2.233)	(2.233)	(1.673)	(1.673)
Outras Provisões	(2.838)	(2.838)	(2.669)	(2.669)
Tributos e Contrib. em Quest. Judicial	(4.232)	(4.232)	(2.941)	(2.941)
Participações nos Lucros	(3.775)	(3.775)	(6.643)	(6.643)
Passivo Fiscal Diferido	(67.523)	(67.523)	-	-
Resultado Ajustado	82.287	82.287	8.012	8.012
Alíquotas Oficiais	15%+10%	15%	15%+10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(19.287)	(12.343)	(1.979)	(1.202)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	108	-
Constituição/(Reversão) de Créditos Tributários	2.315	1.388	(329)	(198)
Passivo Fiscal Diferido	(16.881)	(10.128)	-	-
Ajustes de Créditos Tributários	-	-	(1.540)	(778)
Atualização Processo Judicial CSLL	-	(2.579)	-	(1.895)
Despesas com IRPJ/CSLL	(33.853)	(23.662)	(3.740)	(4.073)
Alíquota Efetiva - Res.antes Impostos	24,28%	16,97%	25,40%	27,66%

com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência a nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Icatu Capitalização S.A.. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião.** Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo

20. CARREGAMENTO: De acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, os principais produtos comercializados pela Companhia possuem as seguintes taxas de carregamento:

Produto	Processo	% de Carregamento	Taxa de Juros	Índice de Correção
PM780T1	15414.003668/2008-80	5,24%	0,5% a.m.	TR
PU52.1	15414.000312/2003-80	0,00%	0,1% a.m.	TR
PM102T7	15414.002015/2011-89	16,99%	0,5% a.m.	TR
PM930T4	15414.002745/2010-07	6,36%	0,5% a.m.	TR
PU1501	15414.900130/2013-82	1,76%	0,1% a.m.	TR

21. COMERCIALIZAÇÃO: O índice de comercialização está representado da seguinte forma:

Índice de comercialização	31/12/2014	31/12/2013
Títulos de pagamentos únicos (PU)	2,23%	4,58%
Títulos de pagamentos mensais (PM)	8,68%	7,59%
Títulos de pagamentos periódico (PP)	5,04%	27,36%
Total	7,40%	7,11%

22. COMITÊ DE AUDITORIA: Em atendimento à Resolução CNSP nº 312/14, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A.. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31/12/2014 da Icatu Seguros S.A..

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Presidente: Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga. **Conselheiros:** Luciano Soares, Marcos Pessoa de Queiroz Falcão, Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga. **DIRETORIA - Diretor Presidente:** Luciano Snel Corrêa. **Diretores:** Mário José Gonzaga Petrelli, Alexandre Petrone Vilardi, Cesar Luiz Salazar Saut. **Contador:** Carlos Alberto dos Santos Corrêa - CRC-RJ nº 52.009/O-5. **Atuário:** Luciana da Silva Bastos - MIBA nº 1064.

e da solvência acima referidos da Icatu Capitalização S.A em 31 de dezembro de 2014 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015. KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. - CIBA 48. Joel Garcia - Atuário - MIBA 1131.

Anexo I - Icatu Capitalização S.A. (Em milhares de Reais)

	31/12/2014
1. Provisões Técnicas	
Total	1.622.520
2. Demonstrativo do capital mínimo	31/12/2014
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (b)	42.004
Exigência de Capital (CMR)	
(Máximo de a e b)	42.004
3. Demonstrativo da Solvência	31/12/2014
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	122.752
Exigência de Capital (CMR) (b)	42.004
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (a - b)	80.748
Índice de Liquidez em relação ao CMR (*)	209%

(*) O índice de liquidez em relação ao CMR requerido pela Resolução CNSP nº 302/2013 é de 20%.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Capitalização S.A. - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar

uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de

expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ. Fernando Antonio Rodrigues Alfredo - Contador CRC 1SP252419/O-0.